

Bloco quer proteger e alargar o Serviço Nacional de Saúde



Nesta sessão legislativa, o Bloco de Esquerda apresentou no parlamento o projeto de nova Lei de Bases da Saúde elaborado por António Arnaut e João Semedo. A iniciativa, que está agora em discussão na especialidade, pretende reforçar o financiamento e os meios do Serviço Nacional de Saúde, uma das maiores conquistas da democracia portuguesa, alargar

as suas valências, acabar com as ruinosas PPP e as abusivas transferências para grupos privados de saúde, que em 2017 voltaram a aumentar. Este dinheiro deve ser canalizado para a contratação de mais profissionais e para a melhoria da oferta pública e da sua capacidade de resposta.

Direitos humanos ameaçados nos EUA e na Europa

O caso da separação forçada de milhares de crianças filhas de imigrantes latinos nos Estados Unidos manchou a história daquele país construído por migrantes de todas as partes do mundo. Mas a viragem xenófoba da política não é um exclusivo da administração de Donald Trump.

Também na Europa, assistimos há vários anos ao Mediterrâneo transformado num cemitério de milhares de seres humanos que partiram das suas terras em busca da sobrevivência ou de uma vida melhor. E para os que conseguem atravessar a barreira do Mediterrâneo, rapidamente descobrem que há outras barreiras

em terra firme: as políticas racistas e xenófobas que a União Europeia aceita nos países do Leste estão a avançar para todo o continente, com os governos de Itália e da Áustria a colocarem-se na primeira linha do ataque aos direitos humanos.

Perseguição aos migrantes e refugiados, fecho de fronteiras e expulsões em massa fazem parte do dia a dia da mesma Europa que se diz um baluarte da democracia, tolerância e diversidade. A política da União Europeia para os refugiados e migrantes é responsável pelo crescimento do ódio e do racismo nos seus estados-membros.

Bloco

PUBLICAÇÃO GRATUITA | www.esquerda.net

"Quanto mais força tiver o Bloco, mais conseguiremos recuperar a economia e o emprego"

PAULO NOVAIS / LUSA

Coordenadora Nacional do Bloco de Esquerda faz balanço do ano parlamentar, analisa os desafios que o país e a Europa enfrentam e traça rumo para as negociações do próximo Orçamento do Estado.

// p.2



"Agora, o Povo" já junta seis partidos da esquerda europeia

A plataforma europeia fundada este ano, em Lisboa, conta agora com forças políticas de mais três países. Aos promotores iniciais Bloco de Esquerda, Podemos e França Insubmissa juntaram-se a Aliança Vermelha e Verde da Dinamarca, o Partido de Esquerda da Suécia e a Aliança de Esquerda da Finlândia.

Numa reunião, nos finais de

junho, foi afirmada a oposição à proposta do Conselho Europeu de criar campos de migrantes fora da UE e assinada a Declaração de Bruxelas, que defende uma ruptura com os tratados europeus em nome de uma nova cooperação europeia, justa e entre iguais, baseada na solidariedade e na democracia, que respeite a soberania e os interesses dos povos.

Porque lutam os professores?

Pelo reconhecimento de uma década de trabalho na Escola Pública. Para que o tempo em que a carreira esteve congelada seja contado para reposicionar os professores no descongelamento, tal como aconteceu com os restantes funcionários públicos. Nenhum professor pede privilégios

ou retroativos, apenas que o governo cumpra a palavra dada de não fazer um apagão de 9 anos, 4 meses e 2 dias de trabalho na carreira e reforma de mais de uma centena de milhares de professores. O Bloco está ao lado dos professores nesta luta.



PAULETE MATOS

ADERE AO BLOCO Também podes fazê-lo em Bloco.org

Preenche, recorta e envia para: Bloco de Esquerda, R. da Palma 268, 1100-394 Lisboa

Form fields for name, address, postal code, email, phone, mobile, and age.

Os dados enviados destinam-se apenas para utilização do Bloco de Esquerda. Tens o direito de aceder a essa informação para retificar ou cancelar os mesmos.

Graphic for 'PARAR OS DESPEJOS' with a house and a person falling. Text: MUDAR A LEI, COMBATER A ESPECULAÇÃO.

Campanha "Parar os Despejos"

// p.3

Bloco está nas ruas com proposta para parar os despejos, tornar a lei do arrendamento mais justa e combater a especulação imobiliária.

Graphic for 'REFORÇAR A SAÚDE' with a hand holding figures. Text: PODEREMOS.

Reforçar o Serviço Nacional de Saúde

// p.4

Bloco quer cortar nas PPP e nas transferências para os grupos privados de saúde para investir no SNS e na contratação de mais profissionais.

Logos for Bloco de Esquerda, La France insoumise, and Podemos.

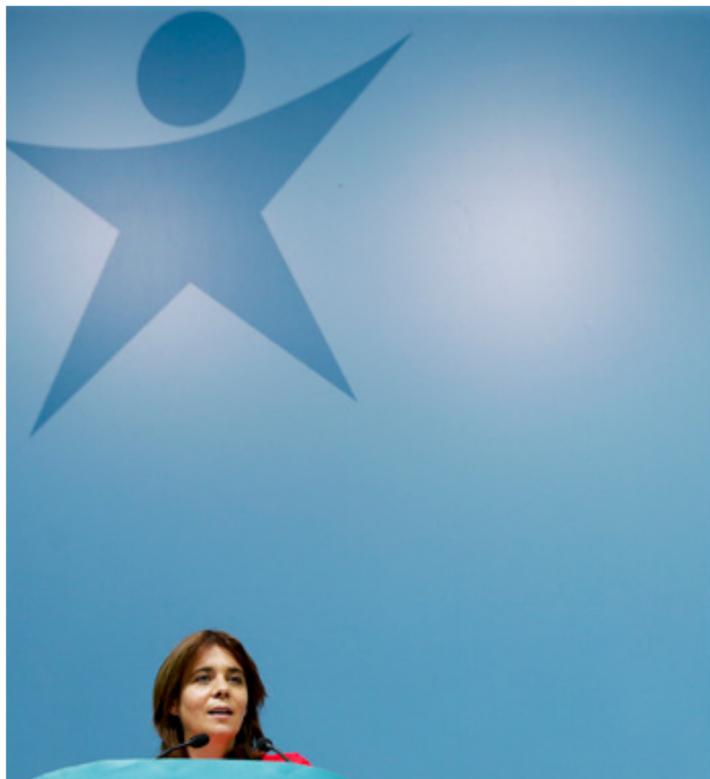
Plataforma europeia "Agora, o Povo" junta partidos de seis países

// p.4

Iniciativa lançada em Lisboa pelo Bloco, Podemos e França Insubmissa conta a partir de agora com a participação de partidos da Dinamarca, Suécia e Finlândia.

ENTREVISTA COM CATARINA MARTINS

“Quanto mais força tiver o Blocó, mais conseguiremos recuperar a economia e o emprego”



TIAGO PETINGA / LUSA

Que balanço faz deste ano de trabalhos parlamentares que agora termina?

Foi um ano muito exigente em que voltámos a conseguir ver aprovadas iniciativas legislativas que fazem a diferença na vida das pessoas. Por exemplo, regularizámos de uma vez por todas a situação das crianças filhas de cidadãos estrangeiros que estão à guarda do Estado português e acabámos com um benefício fiscal injustificado às grandes empresas no valor de 40 milhões. Queremos canalizar esse dinheiro para a melhoria das pensões. No início do ano, aprovámos uma lei para impedir multinacionais abutire como a Altice de despedir trabalhadores recorrendo à manobra da sua transferência para empresas-fantasma, que garante ao trabalhador o direito de oposição à transferência de empresa. Em julho, entrou em vigor o novo regime de proteção no desemprego, na doença e no acompanhamento dos filhos para os trabalhadores independentes. Pusemos na agenda debates fundamentais para o futuro do país, como a proposta para uma nova Lei de Bases da Saúde, lançada por António Arnaut e João Semedo, para colocar o acesso gratuito e universal à saúde acima do lucro dos privados que sugam boa parte do orçamento do SNS. Noutros casos, como a revogação da lei dos despejos de Assunção Cristas, não conseguimos maioria para ir tão longe quanto era necessário

na garantia do direito à habitação, mas foi dado o primeiro passo para introduzir mais justiça no arrendamento. Introduzimos o debate sobre a despenalização da morte assistida, com uma proposta que acabou chumbada por poucos votos, mas que está a fazer o seu caminho na sociedade e a sua aprovação é já uma questão de tempo. Mas também passámos por momentos difíceis, por exemplo quando o governo recuou no corte às rendas das energias renováveis no próprio dia da votação do Orçamento do Estado para este ano...

Por falar nisso, já começaram as negociações para o próximo Orçamento do Estado, que será o último desta legislatura. Será também o mais difícil de aprovar?

Isso veremos quando houver uma proposta definitiva. Para já, o nosso compromisso é o de sempre: prosseguir a estratégia de recuperação de rendimentos e melhorar as condições de quem vive do seu trabalho. Foi assim que o país conseguiu ver a economia a crescer e o desemprego a diminuir. Não tanto quanto gostaríamos, mas a relação de forças política é a que saiu das últimas eleições. Há uma coisa que sabemos: quanto mais força tiver o Blocó, mais longe conseguiremos ir nesse caminho de recuperação da economia e do emprego, da dignidade de quem vive neste país.

Mas, quais são as prioridades do Blocó para o Orçamento do Estado e para o próximo ano parlamentar?

Reforçar o investimento na Saúde, nos Transportes, na Educação, Ciência e Cultura, garantir que se faz justiça nas pensões antecipadas acabando com o corte de sustentabilidade, prosseguir o aumento do salário mínimo, respeitar os compromissos com quem trabalha, combatendo a precariedade e vinculando os trabalhadores precários, construir respostas públicas na habitação para combater a especulação e o aumento das rendas, baixar o preço da energia.

Um dos argumentos do governo é que não há dinheiro para fazer tudo...

Esse é um discurso que nos coloca perante falsas escolhas. Só nesta legislatura, com o Banif e o BES, o PS e a direita escolheram transferir 9 mil milhões de euros dos cofres públicos para o sistema financeiro. E a seguir vêm dizer-nos que temos de escolher entre fazermos obras no IP3 ou respeitarmos o tempo de serviço dos professores. Isso é inaceitável. Veja-se o exemplo da saúde: o diagnóstico está feito, faltam seis mil profissionais ao SNS para cumprir a sua missão. Enquanto o governo adia essa contratação, está a pagar mais aos grupos de saúde privados para prestarem um serviço pior. O anterior governo

do PSD/CDS pôs médicos e enfermeiros a trabalharem 40 horas semanais com o mesmo salário que ganhavam quando trabalhavam 35 horas. Muitos emigraram ou transferiram-se para o privado, que paga melhor, e a falta de profissionais agravou os problemas no funcionamento do SNS. O regresso às 35 horas foi um passo importante para respeitar estes profissionais, mas os serviços de saúde só vão melhorar com a contratação dos profissionais que faltam, de jovens médicos, enfermeiros e técnicos que beneficiem da formação dada pela geração que está à beira da reforma, caso contrário esse conhecimento e essa experiência serão desperdiçadas.

Com o aproximar do novo ciclo eleitoral de 2019, é provável que aumente o grau de conflito do PS com a esquerda?

Ainda falta um ano para as eleições e estamos concentrados em concretizar as medidas que acordámos com o governo para esta legislatura. Mas os sinais do governo são contraditórios. Por exemplo, acordou connosco um pacote de medidas de combate à precariedade e a seguir fechou um acordo com os patrões e a UGT na concertação social, que introduz medidas para esvaziar a eficácia desse combate. Ninguém compreende que um governo com apoio parlamentar da esquerda aprove no parlamento mudanças

às leis do trabalho apenas com os votos da direita para prolongar este regime de precariedade laboral em que vivemos.

Ou seja, são sinais de uma viragem do PS à direita?

Quem ouviu os principais discursos do último Congresso do PS ficou com a ideia de que o objetivo é conquistar uma maioria absoluta para regressar às políticas que fazia antes da geringonça. Não esqueçamos que no programa eleitoral do PS nas últimas eleições estavam propostas como o congelamento das pensões e a facilitação dos despedimentos, que iriam agravar a crise social daquela altura. Foi a força da esquerda que atirou aquelas propostas para o cesto de papéis. E agora ouvimos Mário Centeno, enquanto presidente do Eurogrupo, a alertar para supostos “riscos morais” de orçamentos que recuperem rendimentos, ou seja, orçamentos como os que o governo português tem feito...

Mas essa pressão europeia sobre Portugal não tinha abrandado?

Não, de todo. O que aconteceu foi que os resultados provaram que era possível e desejável seguir uma política contrária à receita de empobrecimento vinda de Bruxelas. Mas a configuração do euro continua a acentuar os desequilíbrios entre as economias do centro e da periferia. O que se passou nas eleições italianas, com a vitória das forças xenófobas e populistas, é também uma resposta ao fracasso do projeto do euro, que traz superávites às finanças da Alemanha e impõe cortes e austeridade aos restantes países.

O crescimento da xenofobia na Europa veio para ficar?

O discurso xenófobo está neste momento a ser incorporado nas próprias políticas europeias. Em vez de políticas de acolhimento para migrantes e refugiados, a Comissão Europeia propõe que a UE passe a financiar campos de refugiados às suas portas, como já existem na Turquia, alargados a países como a Líbia, o Egito e outros. Países que não podem ser considerados seguros e onde as máfias do tráfico de seres humanos ditam as regras do jogo. As instituições europeias não estão a combater o discurso e as práticas xenófobas, mas a normalizá-lo. Isto é gravíssimo.

PARAR OS DESPEJOS

MUDAR A LEI, COMBATER A ESPECULAÇÃO.



Bloco de Esquerda quer parar os despejos e mudar lei do arrendamento

Objetivo é alargar a suspensão dos despejos a todos os inquilinos, hoje em vigor apenas para quem tem incapacidade elevada, mais de 65 anos e contratos com mais de 15 anos, até que se aprove uma lei do arrendamento mais justa.

O Bloco vai insistir na suspensão dos despejos até que o processo de alteração da lei do arrendamento urbano, em curso na Assembleia da República, esteja concluído. O objetivo é impedir os despejos de moradores até a lei conhecer

uma nova redação e as injustiças nela inseridas por Assunção Cristas serem apagadas. Para reforçar a necessidade dessa proteção, o Bloco lança uma campanha de rua em vários suportes e várias iniciativas públicas nas cidades mais

pressionadas pela especulação imobiliária. Quando os trabalhos do parlamento recomeçarem, o Bloco voltará a apresentar a sua proposta transitória de suspensão de todos os despejos, até agora rejeitada por PS, PSD e CDS.



Governo PS recua no combate à precariedade

Após meses de negociações para um pacote de medidas que combatam a precariedade laboral, o governo escolheu esvaziar o efeito dessas medidas com outras medidas acordadas com as organizações patronais e a UGT.

Nas mudanças nas leis laborais, o governo aceitou a limitação dos contratos a prazo, mas ao mesmo tempo introduziu uma contrapartida muito desejada pelos patrões: o alargamento do período experimental para 180 dias, com despedimento livre e sem qualquer indemnização.

No caso da penalização das empresas que abusam da rotatividade de trabalhadores, com agravamento da Taxa

Social Única patronal, o governo introduziu tantas exceções que tornam o mecanismo inaplicável na prática. Também na limitação ao trabalho temporário, as exceções à regra determinam que menos trabalhadores serão abrangidos.

Acordou ainda com os patrões alargar os contratos orais de muita curta duração, até 70 dias, sem qualquer direito a compensação no fim.

Além dos recuos no combate à precariedade, o governo também recusa reverter as leis criadas no tempo da troika, que cortaram dias de férias, valor das horas de trabalho suplementar ou compensações por despedimento. E a contratação coletiva continua sob ataque, com os patrões a poderem determinar unilateralmente a caducidade das convenções e a introduzirem bancos de horas fora da contratação coletiva.